



## **ANAIIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR**

### **Vol. IV (2003)**

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

---

### ***Manel Ollé, La invención de China, Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI. Wiesbaden, Harrassowitz Verlag, 2000, 199 páginas [recensão]***

A. M. Martins do Vale

---

#### **Como Citar | How to Cite**

Vale, A. M. Martins do. 2003. «Manel Ollé, La invención de China, Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI. Wiesbaden, Harrassowitz Verlag, 2000, 199 páginas [recensão]». *Anais de História de Além-Mar* IV: 494-497. <https://doi.org/10.57759/aham2003.37823>.

#### **Editor | Publisher**

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores  
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal  
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

#### **Copyright**

© O(s) Autor(es), 2003. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2003. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).  
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

continua, o resultado só poderá ser o desinteresse pela leitura. Em segundo lugar, a citação não deve nunca repetir a informação já fornecida ou a fornecer pelo Autor. No presente volume, isto acontece com muitíssima frequência, havendo inúmeras citações, mais ou menos longas, que nada acrescentam ao que o Autor já tinha dito em menos palavras.

Por tudo isto, e contrariando a convicção de Peixoto de Araújo, não nos parece que esta obra tenha contribuído grandemente «para clarificar e alargar a visão que, pouco a pouco, se vem construindo dessa paradigmática experiência de relacionamento cultural entre o Ocidente e o Oriente». Fê-lo, meritória e indiscutivelmente, ao trazer a público os escritos do padre António de Gouveia, mas não o conseguiu com esta publicação que, na nossa perspectiva e parafraseando Lídia Jorge, ficou circunscrita ao desejo de vir a ser.

A. M. MARTINS DO VALE

Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do I. I. C. T.

MANEL OLLÉ, *La invención de China, Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*, Wiesbaden, Harrassowitz Verlag, 2000, 199 páginas.

Pouco atentos à produção historiográfica do país vizinho, o encontro com este trabalho de Manel Ollé constituiu uma agradabilíssima surpresa. O título, simultaneamente sugestivo e provocador, acaba por ser explicado pelo Autor ao esclarecer que estava a usar o vocábulo «invención» na dupla acepção que tinha no século XVI, ou seja, como sinónimo de descoberta de novas realidades, mas também para designar a projecção de um imaginário pré-definido sobre essas mesmas realidades acabadas de descobrir (p. 11).

Foi, por conseguinte, nesta dupla perspectiva que o Autor desenvolveu o seu estudo sobre o encontro dos portugueses e espanhóis com o mundo chinês no século XVI e o processo que, a partir desse encontro, levou à transformação da imagem que existia na Europa sobre a China. Herdada do período medieval, esta representação, fragmentada e basicamente mítica, daria lugar a uma nova imagem renascentista assente em informações recolhidas no Oriente, e, por esse motivo, mais objectiva.

A estes dois temas, Ollé juntou um outro, expresso no subtítulo e desenvolvido na segunda parte, que versa sobre os projectos delineados na América e nas Filipinas visando o alargamento da influência comercial, missionária e imperial da Espanha até ao Império do Meio.

Com esta concepção, a obra, além da introdução e da conclusão, apresenta-se, naturalmente, dividida em dois grandes capítulos: o primeiro intitulado «La imagen ibérica de China en el siglo XVI», e o segundo «Estrategias filipinas respecto a China». Na primeira parte, o Autor refere os diversos materiais que portugueses e espanhóis facultaram aos que na Europa foram construindo uma nova imagem sobre a China, dedicando a segunda à análise dos diversos planos gizados pelos espanhóis com o objectivo de se fixarem no Império do Meio, fosse através de um contacto pacífico materializado em relações diplomáticas, comerciais e missionárias, fosse pela via da conquista militar.

Aparentemente independentes, as duas realidades – construção da imagem sobre a China e as estratégias de aproximação ao mundo chinês – não podem ser dissociadas, porque afinal, a definição das estratégias dependia da percepção que os espanhóis tinham da realidade chinesa. Daqui decorre a importância que Ollé deu ao processo de construção da nova imagem sobre a China, para nos demonstrar que, apesar da quantidade e da qualidade das informações coligidas, essa nova imagem continuava a não corresponder à realidade chinesa, ou seja, continuava a ser «inventada».

Com efeito, os novos conhecimentos, assimilados por portugueses e espanhóis, foram sendo interpretados não só em função das percepções que os ibéricos já possuíam sobre

o mundo chinês, mas também em função das expectativas que alimentavam a respeito do seu futuro relacionamento com o Império do Meio.

Dos mitos medievais que intervieram na apreensão da realidade chinesa, o Autor destaca o da localização do Paraíso Terreal e o da existência de comunidades cristãs perdidas entre os infiéis materializado na lenda do Preste João e na da existência dos designados cristãos de São Tomé. A ligação destes mitos à China poderá parecer excessiva, mas Ollé recorda pertinentemente que, para os europeus do século XVI, «sólo en un medio cristianizado – civilizado – podría haber surgido una cultura refinada, letrada y desarrollada como la China» (p. 15), ou seja, os chineses tinham, em tempos remotos, conhecido a doutrina revelada por Deus, enveredando, posteriormente, pelo paganismo e pela superstição. Aliás, esta mesma convicção viria a ter uma significativa influência na controvérsia dos ritos chineses, continuando presente nos escritos de jesuítas franceses, dos finais do século XVII e princípios do século XVIII, como Le Gobien, Le Comte e Foucquet.

Um outro factor que influenciou a interpretação e integração da informação, sobretudo no que toca à valorização e hierarquização dos dados recolhidos, foi a exiguidade desses mesmos elementos, restringidos a uns quantos sectores político-institucionais e, geograficamente, confinados às províncias de Fujian e de Guangdong. Por outro lado, muitos desses informes foram coligidos fora da China entre os chineses da diáspora e, nomeadamente, junto da comunidade chinesa – *sangleyes* – de Manila que, na sua maioria, provinham da província de Fujian.

Acresce ainda que as informações recolhidas na China eram também condicionadas pelas circunstâncias em que se encontravam os informadores europeus que, além de desconhecerem a língua e a cultura chinesas, dispuseram de muito pouco tempo para contactar com a nova realidade que pretendiam apreender. Desconhecendo o contexto sócio-cultural chinês em que se integravam os dados coligidos com a ajuda de intérpretes, cada informador valorizava e hierarquizava os seus informes em função da sua própria experiência pessoal e profissional. A este propósito, o Autor cita o exemplo de Martín de Rada, frade agostinho e homem de cultura, e de Miguel de Loarca, oficial militar, que integraram, em 1575, a embaixada enviada de Manila às autoridades de Fujian. Ambos fizeram o mesmo trajecto, contactaram as mesmas entidades, participaram nos mesmos eventos e, no entanto, o relatório elaborado por cada um deles, revela significativas diferenças (p. 19).

Por fim, o Autor, salienta um outro elemento assaz importante neste processo, que era o da finalidade das informações remetidas ao rei, ao Papa, ao vice-rei, aos governadores, aos superiores das ordens religiosas, ao Conselho das Índias ou à Casa da Índia. Na realidade, tanto as cartas como as relações e as representações incluíam dados informativos que serviam como justificação e fundamentação das solicitações apresentadas, sendo, portanto, em função deste objectivo que a informação era valorizada e hierarquizada.

Interessante, igualmente, a chamada de atenção para o tratamento a que foi sujeita a informação manuscrita ao passar à categoria de impresso. Neste capítulo, o Autor cita o elucidativo exemplo de José de Acosta que, na elaboração da sua *Historia Natural y Moral de las Indias*, usou as informações do padre Alonso Sánchez. Tendo-se oposto ao projecto de conquista da China protagonizado pelo seu confrade, José de Acosta serviu-se dos dados usados por Sánchez para defender a sua proposta de conquista militar da China, mas retirou-lhe o carácter belicista e hipercrítico, apresentando-os como elementos comparativos de natureza etnográfica e laudatória (p. 22).

Foi, pois, com todas estas vicissitudes e contingências que se construiu uma imagem ibérica da China que, segundo o Autor, já estava definida na década de 1580. A esta representação irá sobrepor-se a que os jesuítas irão modelar a partir da sua entrada no Celeste Império em 1583. O conhecimento da língua e da cultura chinesas permitirão um maior aperfeiçoamento desta imagem, mas ainda assim continuará a ser parcialmente «inventada».

\*

No capítulo dedicado à definição das estratégias espanholas em relação à China, Manel Ollé começa por referir os projectos expansionistas dos espanhóis da América para o Extremo Oriente em que a China aparecia associada à empresa das ilhas del Poniente ou de S. Lázaro, primeiras denominações das Filipinas.

A fundação de Manila e a institucionalização das estruturas político-administrativas e eclesiásticas da nova cidade favoreceram a idealização de diversos planos que visavam a implantação dos espanhóis no extenso Império do Meio. Elaborados a partir da percepção que os espanhóis tinham da China, todos estes projectos revelam um deficiente conhecimento da realidade chinesa, sendo notória a ideia de que a conquista do império chinês seria idêntica à que havia sido efectuada na América. Não se estranha, por isso, que os espanhóis encarassem a China como um extenso território de onde poderiam extrair significativas rendas, estabelecer domínios senhoriais, comendas e criar múltiplos cargos políticos, eclesiásticos e militares.

De salientar ainda que a elaboração destes planos se foi ajustando às circunstâncias criadas pelas conjunturas regionais e ibéricas. No primeiro caso, o Autor destaca o levantamento das restrições chinesas ao comércio externo e à navegação e ainda as incursões militares de Lin Feng. No segundo, foi dada especial relevância à união das duas Coroas ibéricas na pessoa de Filipe II, em 1580.

Estas mudanças conjunturais contribuíram para a indefinição da política espanhola em relação à China, que foi oscilando entre os contactos pacíficos estabelecidos através do comércio e do envio de embaixadas diplomáticas e a conquista militar com a efectiva ocupação do território chinês. A mesma hesitação se pode detectar na prossecução das relações comerciais que foi vacilando entre o comércio dos produtos chineses em Manila, levados pelos mercadores de Fujian, e a compra dessas mesmas mercadorias pelos negociantes espanhóis nos portos chineses. A adopção de uma ou de outra orientação obrigava a optar, no primeiro caso, pela aceitação de uma comunidade chinesa nas Filipinas cada vez mais forte e numerosa e no segundo pela criação de um «Macau espanhol» em território chinês.

Outro tema desenvolvido pelo Autor diz respeito às diversas rivalidades que se fizeram sentir ao longo deste processo. A principal envolvia os portugueses de Macau e os espanhóis de Manila que competiam pelo domínio das rotas comerciais no Extremo Oriente, mas a que se desenvolvia entre as ordens religiosas (jesuítas, dominicanos, franciscanos e agostinhos) teve igualmente implicações importantes. De salientar ainda a atenção dada às divergências que surgiram entre os jesuítas a respeito da China. De um lado perfilaram-se o padre Alonso Sánchez, Francisco Cabral e outros de menor notoriedade que defendiam a conquista militar da China como condição para a sua evangelização e, do outro, os jesuítas italianos como Valignano, Ruggieri e Ricci que advogavam uma aproximação pacífica ao mundo chinês.

Os primeiros anos de 1580 foram particularmente realçados por Manel Ollé, fazendo emergir a figura do padre Alonso Sánchez que, aproveitando o favorável contexto decorrente da união dinástica, participou activamente na definição de um plano ibérico para a China protagonizado por Manila, ficando a cidade de Macau subordinada aos interesses da sua rival filipina. A intensa actividade deste jesuíta, desenvolvida na China, em Macau, em Manila e, por fim, na Espanha onde foi enviado em 1586 como representante dos diversos sectores da colónia castelhana nas Filipinas, contou com o apoio e o empenho do bispo de Manila, Domingo Salazar, e com o de outros funcionários régios como o presidente da Audiência de Manila, Santiago de Vera, e o feitor Juan Bautista Román.

Os ímpetus bélicos do padre Alonso Sánchez acabaram por ser refreados pela intervenção do padre geral da Companhia de Jesus, Cláudio Aquaviva, que submeteu o representante das Filipinas à corte de Madrid à autoridade do padre José Acosta que o proibiu de defender, nas audiências com Filipe II, o plano da conquista militar da China.

Para Ollé, no entanto, não foi esta intervenção do superior geral dos jesuítas que frustrou a concretização do plano de conquista definido em Manila, mas o facto de ser contestado por certas personalidades muito influentes tanto em Espanha como no Novo Mundo e por ter sido apreciado quando o ambiente subsequente à derrota da Armada Invencível não favorecia a adopção de novas empresas militares.

Das expectativas alimentadas pelos espanhóis em relação à China, nenhuma delas logrou atingir o êxito desejado. O projecto colonial nunca se concretizou, exceptuando a breve presença na Formosa. O pretendido domínio das rotas comerciais não resistiu ao avanço dos holandeses. A ambição de cristianizar a China que, apesar de todas as contrariedades, permaneceu teimosamente arreigada entre os missionários espanhóis, ficou confinada a um restrito número de fiéis sem influência significativa na sociedade chinesa. Apesar do insucesso destas diligências, o conhecimento dos seus pressupostos ajuda-nos a esclarecer diversos aspectos da presença ibérica no Extremo Oriente nos finais do século XVI e princípios do século XVII.

Estamos, portanto, perante uma obra que, pela importância e acuidade do tema e pelo equilíbrio e rigor com que foi tratado, não poderá deixar de ser uma referência obrigatória para todos aqueles que se dedicam ao estudo da expansão europeia no Extremo Oriente.

A. M. MARTINS DO VALE

Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do I. I. C. T.

MARIA TERESA LOPES DA SILVA, *Transição de Macau para a Modernidade (1841-1853). Ferreira do Amaral e a Construção da Soberania Portuguesa*, Lisboa, Fundação Oriente, 2002, 412 pp.

Finalmente, veio a público uma obra sobre um tema da História de Macau que continuava a ser mais referido do que conhecido e que, a despeito da sua apregoada importância, permanecia inexplicavelmente pouco trabalhado. Tendo constituído a dissertação de mestrado da Autora, apresentada, em 1998, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, esta publicação vem, obviamente, contribuir para o preenchimento da lacuna que ainda se mantém na historiografia macaense relativa à primeira metade de Oitocentos. A presente edição, para além da referida dissertação, inclui também uma interessante nota biográfica de João Maria Ferreira do Amaral escrita pelo seu trineto, Augusto Ferreira do Amaral.

Ainda que o âmbito temporal enunciado seja 1843-1851, o subtítulo aponta claramente para o fulcro deste estudo, que é, inquestionavelmente, o governo de Ferreira do Amaral (1846-1849). E em boa hora a Autora optou por este caminho, apresentando-nos ao longo de mais de 300 páginas a intensa actividade deste governador, mostrando que, ao invés do que habitualmente se afirma, o seu afã reformista viveu mais do seu voluntarismo e da sua determinação do que do cumprimento de rigorosas e precisas instruções levadas de Lisboa. Colocado perante situações para as quais não dispunha de orientações, Ferreira do Amaral ponderava e agia, confiando na posterior ratificação dos seus actos por parte do governo central. Com este procedimento, quebrou-se uma tradição de mais de 200 anos (o primeiro governador de Macau foi nomeado em 1623), que obrigava o governador a esperar as decisões dos superiores hierárquicos de Goa ou de Lisboa.

Esta actuação de Ferreira do Amaral, profusamente salientada por Maria Teresa Lopes da Silva, revela que o governador tinha a confiança das instâncias políticas de Lisboa. Esta é uma indiscutível evidência, mas, justamente por isso, teria sido pertinente colocar a hipótese de o governador, para além das instruções oficiais, ter levado outras, orais ou escritas, que se mantiveram confidenciais e sustentaram as decisões aparentemente tomadas à revelia do governo central.